

BANCOS

# PF investiga outros diretores do BRB

Corporação vai coletar o depoimento dos diretores suspeitos de envolvimento com o caso Master, que não foram ouvidos até agora

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal pediu mais 60 dias para concluir o primeiro inquérito relacionado às fraudes do Banco Master. A solicitação ocorreu após os investigadores identificarem a participação de mais diretores do Banco de Brasília (BRB) no esquema. A Operação Compliance Zero, que apura o esquema, foi desdobrada em diferentes investigações e esta primeira etapa mira a compra de títulos impréstáveis pelo BRB.

O pedido de prorrogação do inquérito foi enviado ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal. Na mira está Daniel Vorcara, dono do Master, Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, e diretores do banco distrital. O documento não especifica se os diretores em questão são atuais ou da gestão anterior. De acordo com investigadores ouvidos pela reportagem, sob a condição de anonimato, as equipes policiais desvendaram o

emaranhado de recursos envolvidos e a origem dos papéis fraudulentos. O montante inicial surpreendeu os investigadores, que avaliaram que o esquema é muito maior do que se imaginava. No entanto, próximo do relatório final ser produzido, com os indiciamentos dos alvos, as equipes descobriram novos envolvidos no esquema, além de encontrar novas pistas sobre o esquema de envio dos recursos para paraísos fiscais. “As conclusões constantes deste

trabalho pericial revelaram fatos novos e permitiram a individualização da atuação de agentes que até então não figuravam formalmente entre os investigados, tornando necessária a inclusão de integrantes da DICOL no polo passivo da investigação e a realização de suas respectivas oitivas, providências essenciais para o completo esclarecimento dos fatos”, informou a PF, no documento enviado ao Supremo. A informação foi revelada pelo jornal Estado de São Paulo e confirmada pelo **Correio**.

A equipe policial destaca que “identificou elementos relacionados ao processo decisório interno da instituição financeira, apontando possíveis descumprimentos de normativos internos, fragilidades de governança, concentração excessiva de risco, aprovação de operações em desacordo com os procedimentos regulares de controle e a participação individualizada de integrantes da Diretoria Colegiada do BRB (Dicol) em deliberações relacionadas aos fatos sob investigação”.

Paralelamente, outras investigações vão continuar em curso, como a do envio de dinheiro ao exterior e a da contratação de influenciadores e jornalistas para atacarem o Banco Central por meio das redes sociais. O financiamento do filme *Dark Horse* e o suposto envolvimento de Flávio Bolsonaro ainda está na etapa inicial das investigações. Fontes na corporação acreditam ser remota a chance da realização de busca e apreensão ou de prisões sobre este trecho da investigação durante o período eleitoral, mas não descartam a hipótese, a depender dos rumos das diligências. Procurado, o BRB não se manifestou sobre o avanço das investigações.

Acordo

Paralelamente às investigações, corre no Supremo Tribunal Federal (STF), por iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF), um acordo para salvar o BRB dos prejuízos deixados pelo Master. A negociação envolve o GDF, a União, bancos privados e o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). No entanto, o governo federal resiste em dar seu aval para um empréstimo bilionário junto ao FGC. Em nota publicada ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Fazenda afirmaram que “a União vem cumprindo integralmente as obrigações assumidas no acordo homologado pelo Supremo”. De acordo com a AGU, a solução consensual prevê uma operação de crédito que será garantida por um sindicato de bancos e terá como contragarantia recursos constitucionais do DF provenientes dos fundos de participação dos estados (FDE) e dos municípios (FPM). Em um texto duro, o governo federal afirma que “não é avalista” do empréstimo. “A União não é avalista nem garantidora do financiamento. Embora não tenha responsabilidade jurídica pela estruturação ou garantia do crédito, a União atuou ativamente para facilitar o entendimento entre as partes”.

MERCADO DE TRABALHO

Edilson Rodrigues/Agência Senad



Omar Aziz (PSD-AM), aliado do governo, defende o fim da escala

## Aliado de Lula relata PEC da escala 6x1

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), despachou oficialmente, ontem, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta que acaba com escala 6x1. Para a relatoria, foi designado um aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Após a oficialização, negociada entre Alcolumbre e o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), o parlamentar publicou vídeo nas redes sociais, no qual agradece aos dois. “Quero agradecer ao senador Davi Alcolumbre e ao senador Otto Alencar pela confiança em me passar uma relatoria tão importante para os trabalhadores brasileiros. Tenho a certeza de que nós vamos dar a maior agilidade possível, até porque se tratando de uma PEC tem prazo para ser cumprida”, disse Aziz. O senador, que já defendeu publicamente o fim da escala, afirmou que vai dialogar com os seus pares, mas adiantou que seu parecer será favorável. “Quero ouvir meus colegas senadores, porque a relatoria não é só minha, tem a participação dos membros do Congresso Nacional. E a 6x1, nós vamos acabar com ela. A 5x2 dará saúde mental aos trabalhadores.”

Aprovada na Câmara dos Deputados em 27 de maio, o texto tem o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) como primeiro signatário. A proposta altera a Constituição para reduzir a carga horária máxima de

trabalho para 40 horas semanais. A PEC também garante dois dias de repouso semanal remunerado, sem diminuição de salário. A mudança será aplicada progressivamente e inclui exceções para trabalhadores com regimes diferenciados e para aqueles com salários mais elevados e diploma de nível superior.

Segurança pública

Também ontem, Alcolumbre encaminhou à CCJ a PEC da Segurança Pública, que será relatada por Rogério Carvalho (PT-SE), outro aliado de Lula. As matérias chegaram à CCJ uma semana após Lula e Alcolumbre retomarem o diálogo, depois de três meses de distanciamento, após a rejeição do nome de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Após o início da tramitação das PECs na CCJ do Senado, a senadora Teresa Leitão (PT-PE), líder do governo na Casa, afirmou que o avanço das matérias foi resultado do “diálogo institucional”. “As PECs do fim da jornada 6x1 e da Segurança Pública, prioridades absolutas do presidente Lula, avançam como resultado do diálogo institucional e de um intenso trabalho de articulação. Desde que assumi a liderança do Governo, tenho atuado para construir os entendimentos necessários e fazer com que pautas tão importantes para a vida dos brasileiros avancem”, afirmou. (com Agência Senado)

# DEBATE

## CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Mantendo a tradição, o Correio Braziliense promove debate com os principais concorrentes ao Palácio do Buriti. Em parceria com a TV Brasília, os nomes que disputam o voto dos brasilienses vão se reunir e apresentar aos cidadãos as propostas que vão nortear os rumos dos próximos quatro anos do Distrito Federal.

# 1 DE SETEMBRO

## A PARTIR DAS 21H

### CORREIO.BRAZILIENSE

Transmissão ao vivo no YouTube e redes sociais do Correio Braziliense

Apoio:

Realização:

Produção: